

ACTA N.º 6/2010ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA  
EM 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do senhor Presidente da Assembleia Municipal de sete de Dezembro de dois mil e dez, com a seguinte ordem de trabalhos:

**PONTO 1 - Apreciação da Actividade Municipal;**

**PONTO 2 - Análise, discussão e votação da proposta de fixação da participação variável do IRS, nos termos do disposto n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais);**

**PONTO 3 - Eleição de um membro da Assembleia Municipal de cada partido, para integrar o Conselho Municipal de Juventude;**

**PONTO 4 - Aprovação da Organização dos Serviços Municipais;**

**PONTO 5 - Análise, discussão e votação do mapa de pessoal para o ano de 2011;**

**PONTO 6 - Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011.**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e procedeu à chamada de todos os membros da Assembleia Municipal, verificando o quórum necessário para que a sessão pudesse legalmente funcionar, com a presença de vinte e nove membros.

#### **Período Antes da Ordem do Dia**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que informou os presentes do aparecimento de um corpo de pessoa desconhecida no Rio Douro, fazendo passar uma fotografia para possível reconhecimento. Informou, ainda, que em Março terá lugar o início da recolha de dados para o Censis 2011.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou as pessoas do público que se encontravam a assistir a esta sessão da forma como, querendo, poderiam intervir no período final reservado ao público, nos termos do artigo 19.º do Regimento desta Assembleia. Deu conta, depois, da correspondência recebida pela Assembleia

Municipal e informou que o senhor Presidente da Câmara Municipal lhe transmitiu que não havia mandado publicar em Jornal Nacional a moção aprovada na sessão extraordinária de Outubro, sendo publicada apenas a nível regional, atento o elevado valor exigido. De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou a necessidade da Assembleia conhecer a actividade das organizações em que tem representantes, informando que iria proceder à chamada dos membros eleitos para cada uma delas e que solicitava um breve resumo da respectiva actividade desenvolvida até então.

O senhor António Balça, membro da Assembleia Distrital, da qual faz parte, também, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Manuel Cordeiro, deu conta que ambos estiveram presentes em Viseu no dia vinte e dois de Dezembro de 2010, mas que a Assembleia não se realizou por falta de quórum, o que se vem a arrastar desde há alguns anos, mais referindo que o Presidente daquela, Fernando Ruas, disse aos presentes que muitas Câmaras estão em falta com as suas quotas e que as tencionam fazer pagar judicialmente.

O senhor Luís Pereira, com assento na Assembleia da Comunidade Intermunicipal juntamente com os senhores Alberto Fernandes e Manuel Cordeiro, fez saber dos assuntos tratados na última reunião daquela Assembleia no passado dia vinte e um de Dezembro, lembrando o diferendo existente entre a Comunidade Intermunicipal do Douro, em representação dos municípios integrantes, e a Águas de Trás os Montes relativo aos custos e à exploração da rede de águas. Destacou o empenhamento dos membros que representam esta Assembleia Municipal em todos os assuntos discutidos e regozijou-se com a eleição naquela Assembleia Intermunicipal do senhor Manuel Cordeiro para integrar a comissão responsável pela elaboração do Regimento da Assembleia da Comunidade Intermunicipal. Mencionou a ausência de alguns Presidentes de Câmara, de entre os quais o Presidente da Câmara de S. João da Pesqueira, contrastando com a presença de outros.

A Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios reunirá brevemente, segundo informou o senhor António Balça.

O senhor Adelino Lopes informou, por sua vez, que o Conselho Cinegético Municipal não reuniu até à data, não tendo por isso informações a prestar.

No Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul o senhor Luís Paíga deu conta da reunião de vinte e cinco de Outubro de dois mil e dez, na qual se abordaram questões relativas aos recursos humanos, nomeadamente da contratação de médicos e os projectos de educação sexual e saúde oral, não existindo, ainda, qualquer novidade acerca do encerramento do SAP que questionou.

O senhor Presidente da Assembleia, com representação por inerência no Conselho Municipal da Educação, informou que não se realizou, entretanto, reunião do mesmo.

O senhor Alberto Júlio da Silva Fernandes procedeu, de seguida, a pedido do senhor Presidente, à leitura da acta da reunião ordinária anterior, de seis de Setembro de dois mil e dez, que, posta à votação, foi aprovada por maioria, com a abstenção dos senhores Vítor Monteiro e António Lopes por não terem estado presentes naquela reunião. De seguida procedeu à leitura da acta da reunião extra ordinária de seis de Outubro de dois mil e dez, tendo sido posta à votação e aprovada por maioria, com a abstenção do senhor José António Lopes por não ter estado presente na mesma.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, assim, abertas as inscrições para intervenção neste período de Antes da Ordem do Dia, concedendo, logo depois, a palavra por ordem de inscrição.

O senhor Fernando Pereira regozijou-se com o procedimento adoptado pela Mesa da Assembleia no que toca à solicitação directa de informação em cada sessão aos membros representantes desta assembleia nas diversas organizações, por forma a que todos conheçam as suas actividades. Pensa que o ano de 2011 será mais difícil que 2010 lembrando a necessidade de todos se unirem na defesa dos interesses do concelho independentemente da ideologia. Manifestou, ainda, o seu agrado por ter-se verificado uma posição unânime de descontentamento da Assembleia em relação ao encerramento do SAP de S. João da Pesqueira, reconhecendo que, entretanto, os serviços daquele centro melhoraram no período das oito às vinte e quatro horas, o que não justifica, porém, o seu encerramento no restante período.

O senhor Vladimiro da Silva congratulou-se com a relatada participação activa dos membros representantes desta Assembleia na Comunidade Intermunicipal do Douro, lamentando saber da relatada ausência de alguns representantes municipais. Alertou para a existência nessa estrutura de pessoas que apenas querem saber do seu interesse e do seu concelho e não do interesse global da região, para o que se deve estar atento. Reconheceu que o concelho perdeu o combate pela manutenção do SAP, embora admita que os serviços prestados durante o horário de funcionamento tenham sido melhorados. Não aceita que o executivo não tenha mandado publicar a moção aprovada na anterior Assembleia Extraordinária como foi deliberado, pois, embora reconheça o elevado valor do serviço, o certo é que o que se ganharia com ela poderia ter sido bem superior para os interesses do concelho. Por entender, também, que sendo a deliberação tomada pelo órgão máximo deste município, a Assembleia Municipal, ela deveria ter sido acatada e não desrespeitada, esperando que situações idênticas não voltem a acontecer.

O senhor Joaquim Monteiro considerou que o primeiro ano de actividade deste executivo foi positivo, referindo o bom relacionamento que tem tido com os elementos da Câmara Municipal. Apesar disso, entende que existem algumas obras que devem ser concretizadas na freguesia de Ervedosa do Douro, nomeadamente os caminhos do Vale do Pereiro, de Santa Bárbara, o caminho para o depósito da água, os abrigos

para os passageiros, a entrada para o Sarzedinho e a recuperação do parque infantil. Solicitou, depois, esclarecimento sobre a falta de um técnico de engenharia.

O senhor António Balça lamentou que na sequência de uma reunião entre aularcas em Lamego, em que se apelava à união entre todos, cada um defendesse depois apenas o seu interesse próprio. Referindo-se à recente inauguração de um troço de estrada em Alijó e a ligação de Tabuaço à A24, mostrou preocupação pelo facto do concelho de S. João da Pesqueira ter péssimas estradas e não se vislumbrar a curto prazo novos projectos, sendo uma ilha rodeada por auto estradas, mas nos outros concelhos.

O senhor Victor Monteiro felicitou a recente revisão e implementação da toponímia na sede de concelho, sugerindo que se oficiasse aos diversos organismos como os CTT e o Serviço de Finanças as novas moradas.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu, depois, a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder aos senhores membros da Assembleia intervenientes neste período. Assim, referiu que o Engenheiro em falta foi entretanto contratado. Disse que só não esteve presente na reunião da Assembleia da CIM Douro por ter já outros compromissos inadiáveis, e esclareceu que este organismo é constituído pela Assembleia e por um Conselho Executivo, do qual faz parte, não sendo, aliás, obrigatória a sua presença nas sessões da Assembleia. Saliou os projectos do concelho apresentados na CIM Douro como o Centro Escolar, as estradas municipais de acesso a Nagoselo e S. João da Pesqueira - Várzeas e o complexo da Zona Industrial. Explicou que o conflito que opõe a CIM Douro à Águas de Trás os Montes se deve ao elevado valor que os municípios pagam pela água, adiantando que se o conflito não se resolver os municípios encaram a hipótese de deixar de pagar. Terminou justificando a não publicação da moção em jornal nacional por razão de ordem económica atendendo ao elevado valor da mesma e ao período difícil que atravessamos, mas nunca com sentido de desrespeito para com a Assembleia Municipal.

Pediram a palavra para replicar os senhores Luís Pereira, que disse não aceitar a justificação do senhor Presidente da Câmara Municipal para a não presença na Assembleia da CIM Douro, concluindo que os projectos de requalificação das estradas municipais referidas foram candidatas no âmbito da CIM Douro, e o senhor Vladimiro da Silva que lamentou a não publicação da moção. Também o senhor Alberto Fernandes, sem qualquer discordância, tomou a palavra para dizer que os membros eleitos para representar a Assembleia na CIM Douro devem ser informados antecipadamente pelo senhor Presidente da Câmara das actividades desenvolvidas, para que assim possam melhor representar e defender o concelho.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal interrogou, de seguida, o plenário para saber se alguém queria pronunciar-se acerca do relatório da IGAL que lhes foi

remetido para conhecimento com a convocatória. O senhor Eduardo Frederico quis questionar o executivo para saber se foram cumpridas as determinações constantes do relatório da IGAL – Inspecção Geral da Administração Local. O senhor Joaquim Monteiro disse estranhar que no relatório se refiram apenas cinquenta e dois trabalhadores e um engenheiro quando sabemos que já na altura existiam mais.

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que as exigências constantes do relatório da IGAL foram cumpridas.

#### **Período da Ordem do Dia**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário que o senhor presidente da Câmara Municipal solicitou no início da sessão a exclusão do assunto constante do ponto 3, atenta a sua não aplicabilidade por agora segundo orientações recentes da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que remeteu a legislação relativa ao assunto ao Provedor de Justiça para submissão ao Tribunal Constitucional, aguardando-se decisão. O senhor Presidente da Assembleia disse julgar, assim, que, por ser inútil discutir o assunto atenta a fundamentação aduzida, pelo facto de quem propôs o assunto ser o mesmo que agora pretende excluí-lo, não se tratar de inclusão de novo assunto, e a própria natureza do mesmo, a eleição de membros, o assunto deveria ser excluído da ordem do dia, com a necessária rectificação dos pontos seguintes da ordem do dia. O senhor Presidente da Assembleia perguntou se alguém queria pronunciar-se, tendo apenas o senhor Vladimiro da Silva referido que este tipo de associações ou entidades são de relevante interesse para municípios pequenos como o nosso, ninguém se pronunciando ou se opondo a que assim se excluísse. Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura dos pontos da ordem do dia.

#### **PONTO 1 – Apreciação da actividade municipal**

Procedeu-se à leitura da informação remetida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor Joaquim Monteiro que disse estar preocupado com o mau estado do Lugar das Bateiras, entrada do concelho, e o facto de ter sabido que no projecto de requalificação da EN 222 se define aquele lugar como "porta do Pinhão", o que não aceita. Considerou, ainda, que o teor da informação do senhor Presidente da Câmara Municipal é pouco esclarecedora, aliás, pedindo que se esclarecesse do que se tratou a intervenção na área desportiva de Vale de Vila e, ainda, que especifique quais foram os muros reparados em caminhos agrícolas.

O senhor António Balça felicitou o executivo pela festa do idoso e congratulou-se com o apoio concedido pela Câmara Municipal aos Bombeiros Voluntários de Ervedosa do Douro. Alertou, depois, para a necessidade de se proceder à limpeza de caminhos agrícolas e reparação de alguns muros.

O senhor Eduardo Frederico referiu-se à informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara como muito reduzida e geral, não possibilitando à Assembleia uma verdadeira fiscalização da actividade da Câmara Municipal, lamentando que venha a solicitar informação mais detalhada em todas as reuniões e que até à data a informação prestada continue igual. Terminou requerendo ao executivo que, logo que possível, informe a Assembleia Municipal sobre as empresas ou instituições em que o município está representado.

O senhor Luís Pereira referiu a necessidade da informação da actividade municipal ser mais detalhada e objectiva, e, por referência aos pontos 18 e 19, perguntou em que programa se integram as candidaturas o Centro de Informação Turística e o Núcleo Museológico.

Concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a menção a "portas do Pinhão" no Lugar das Bateiras apenas consta do projecto de requalificação da EN 222, assegurando que não ficará no local físico qualquer menção idêntica. Mais informou que a Estradas de Portugal tem vindo a arranjar algumas partes mais danificadas da EN 222, tendo sido garantido pela empresa à Câmara Municipal que durante o ano de 2011 a EN 222 e 222-3 serão totalmente requalificadas. Quanto à construção e reparação de muros no concelho esclareceu que estão previstos cerca de um milhão e duzentos mil euros, o que considera ser um valor considerável atentas as dificuldades económicas actuais. Contou que o Centro de Informação Turística tem um valor orçamentado de duzentos mil euros, financiado através do FEDER em cento e quarenta mil euros, e avançará já no início do ano de 2011, e o Núcleo Museológico, cujo terreno foi já adquirido, está estimado em cerca de dois milhões e quatrocentos mil euros será financiado pelo FEDER em um milhão novecentos e noventa mil euros.

**PONTO 2 – Análise, discussão e votação da proposta de fixação da participação variável do IRS, nos termos do disposto n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais);**

Esclareceu o senhor Presidente da Câmara Municipal que a proposta era de manter os valores do ano anterior. De seguida, não havendo inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

**PONTO 3 - Aprovação da Organização dos Serviços Municipais;**

O senhor Norberto Vieira pediu a palavra ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para dizer que entendia que a exclusão do ponto 3 da ordem do dia deveria ser posta à votação da Assembleia. O senhor Presidente da Mesa explicou que a decisão de exclusão do assunto da ordem do dia havia sido já explicada no início da ordem do dia tendo sido, inclusivamente, dada a possibilidade aos membros da Assembleia de se pronunciarem acerca de tal assunto, ninguém tendo manifestado discordância com a decisão tomada. Repetiu não haver fundamento legal para a Assembleia se pronunciar sobre a aceitação ou não da exclusão do assunto da ordem do dia uma vez que, para além das razões já aduzidas inicialmente, se trata de um assunto que foi proposto pela Câmara Municipal, que é quem agora solicita a sua exclusão.

Feito o esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia, não havendo inscrições para o uso da palavra, colocou à votação a proposta que foi aprovada por unanimidade.

**PONTO 4 - Análise, discussão e votação do mapa de pessoal para o ano de 2011;**

O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve explicação do mapa do pessoal notando que o mesmo foi elaborado com o bom senso e prudência que as necessidades e o momento actual exigem. Não havendo inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

**PONTO 5 - Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011.**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse querer salientar nesta proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 a redução das transferências para o município em seiscentos mil euros relativamente ao ano transacto, mas que, apesar disso, se mantiveram os mesmos montantes de transferências para as freguesias.

Abertas as inscrições para o uso da palavra, começou por intervir o senhor Joaquim Monteiro questionando o executivo acerca da localização do futuro heliporto, o ponto de situação da variante e a sua localização, a localização dos terrenos e imóveis a adquirir e o seu destino e, bem assim, os critérios que foram tidos em conta para a atribuição de subsídios às associações do concelho. Disse, ainda,

que atendendo à actual situação de crise que se vive entendia que se deveria suspender o passeio dos idosos.

O senhor Luís Pereira congratulou-se pela redução da despesa neste orçamento para 2011, a manutenção das transferências para as freguesias e questionou quais as requalificações de acessos viários previstos. Considerou importante o alargamento da zona industrial, criando condições às empresas. Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre a aquisição de software sig e a existência de técnico habilitado para a sua utilização. Pediu, ainda, esclarecimentos acerca dos acessos à zona industrial, da Incubadora de empresas e do Posto de Informação Turística.

O senhor Vladimiro da Silva considerou que atendendo às actuais circunstâncias a posição da Câmara não é cómoda nem fácil. Em sua opinião as férias desportivas devem ser mantidas, mas a vindouro não se deveria realizar. Alertou para a rectificação que deve ser feita na página 14 das Grandes Opções do Plano no mapa plurianual de investimentos quanto ao valor para a adaptação de imóvel a Centro de Informação Turística que deve ser de duzentos mil euros e não duzentos e trinta mil euros.

O senhor António Balça lamentou não ver contemplado no plano o loteamento de Castanheiro do Sul, cujo terreno foi já adquirido há dez anos, interrogando-se, ainda, sobre a previsão de transferências para as freguesias relativas ao funcionamento das escolas quando algumas foram encerradas.

O senhor Victor Monteiro pediu esclarecimentos mais pormenorizados quanto ao valor de quinhentos e oitenta mil euros para a pavimentação de caminhos agrícolas, estranhando, também, a previsão do pagamento de horas extras nas obras, o que contraria o recente relatório da IGAL.

O senhor Fernando Pereira felicitou o executivo pelo orçamento previsto, atentos os cortes sofridos, e a manutenção das verbas para as freguesias. Congratulou-se, também, com o alargamento da zona industrial e a dotação do município de infra estruturas que apoiem as empresas.

Dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões que lhe foram colocadas, começou por dizer que a localização do Heliporto ainda não está decidida, sendo o terreno envolvente ao Centro de Saúde junto ao campo de Ténis ou o local onde se realiza actualmente a feira quinzenal os locais mais prováveis. Esclareceu que os valores indicados para o Núcleo Museológico do Vinho e para o Centro de Informação Turística são valores previsíveis e que a Incubadora de Empresas se localizará no Centro Municipal de Apoio à Juventude sito no largo de Santa Maria. A este propósito reafirmou que o valor referido na página catorze das Grandes Opções relativo ao Centro de Informação Turística é na realidade de duzentos e trinta mil euros, uma vez que a participação do FEDER foi aumentada de setenta por cento para oitenta. Referiu, depois, que está previsto em plano uma



verba destinada a uma possível candidatura para aquisição para os Bombeiros de viaturas de desencarceramento. Disse entender que vale a pena manter o passeio dos idosos, que apenas se realiza de dois em dois anos. Embora perceba que sempre possa ser criada alguma discordância relativamente aos valores das transferências para as freguesias, o certo é que o princípio norteador do executivo na sua atribuição foi sempre o de manter idêntico valor ao do ano passado independentemente dos cortes que o próprio município sofreu. Quanto ao loteamento do Castanheiro do Sul informou que a Câmara Municipal está a desenvolver a alteração do PDM e o loteamento não será esquecido. As juntas recebem verbas relativas a cada sala de aula em funcionamento, não existindo nenhuma atribuição para esse fim a freguesias que tenham escolas encerradas. No que respeita às horas extra previstas elas devem-se a diversos factores, designadamente ao funcionamento do piquete de fim de semana, ao equipamento das piscinas, entre outras. Esclareceu que o projecto de acesso à zona industrial foi entretanto reformulado. Lembrou, finalmente, que se pretende que o Centro de Informação Turística seja um local onde se disponibilize informação acerca do que pode visitar-se no concelho.

Após a intervenção do senhor presidente pediu a palavra o senhor Joaquim Monteiro para discordar da localização do Heliporto no local da feira, devendo ter um local mais apropriado, e, ainda, para lamentar que a freguesia de Trevões tenha vindo a ser privilegiada pelo município com diversas obras em curso e no valor das transferências que lhe está destinado, entendendo que as juntas de freguesia deveriam ser ouvidas na preparação do Plano e Orçamento. O senhor Presidente da Câmara disse que o local mais apropriado para o Heliporto seria, havendo possibilidade, ao lado do centro de saúde, e rejeitou estar a ser beneficiada a freguesia de Trevões pois tais obras referem-se a candidaturas.

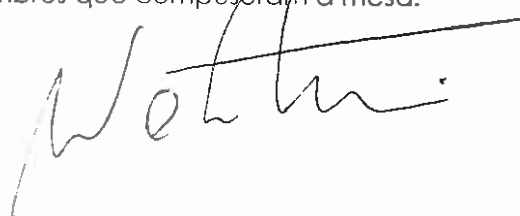
Posto à votação a proposta do Plano e Orçamento para 2011, que foi aprovada por maioria, com três abstenções dos senhores Luís Pereira, Eduardo Frederico e Victor Monteiro.

O senhor Joaquim Monteiro pediu a palavra para fazer uma declaração de voto que, por nada haver que o impeça legalmente, foi autorizada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, que leu e entregou à Mesa na forma escrita, para a qual se remete e que se encontra arquivada.

A fim de ser dada eficácia externa aos assuntos referidos nos pontos dois a cinco, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal solicitou ao plenário a sua aprovação em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, e não tendo chegado à mesa qualquer pedido de intervenção do público, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas dezoito horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente

acta. Lida e posta à votação na sessão seguinte, foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros que compuseram a mesa.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Wolter', is written over a horizontal line. The signature is cursive and somewhat stylized.